

# **Sumário**

---

APRESENTAÇÃO DO CURSO DE DIREITO CIVIL.....	5
---	---

## **PARTE GERAL**

DIOGO LEONARDO MACHADO DE MELO

NOTA EXPLICATIVA À 1 <sup>a</sup> EDIÇÃO.....	23
SOBRE O ESTUDO DA PARTE GERAL .....	25
<b>1.</b> O QUE VOU ESTUDAR EM DIREITO CIVIL? DIREITO CIVIL E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL.....	27
<b>1.1.</b> Um primeiro contato com o direito e o Direito Civil .....	27
<b>1.2.</b> Direito público e direito privado. O conceito de Direito Civil no contexto do direito privado.....	28
<b>1.3.</b> O direito privado ao longo da história. O surgimento da relação dos Códigos e Constituições Federais .....	29
<b>1.4.</b> Pode-se falar em “publicização” do direito privado?.....	32
<b>1.5.</b> O Direito Civil constitucional como metodologia unificadora do direito privado.....	34
<b>1.6.</b> Direito Civil constitucional e o Código Civil de 2002.....	39
<b>2.</b> O DIREITO CIVIL E O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	43
<b>2.1.</b> O Direito Civil e as codificações .....	43
<b>2.2.</b> Brevíssimo histórico da codificação brasileira .....	43
<b>2.3.</b> Princípios norteadores da elaboração do Código Civil de 2002.....	48
<b>2.4.</b> Código Civil de 2002 e sua técnica legislativa .....	50
<b>2.5.</b> O papel da Parte Geral do Código Civil de 2002 .....	51
<b>3.</b> LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL (E ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO) .....	55
<b>3.1.</b> Por que estudar a Lei de Introdução no âmbito do Direito Civil? .....	55

3.2.	Vigência da lei (Lei de Introdução, artigos 1º e 2º) .....	55
3.3.	Revogação .....	57
3.4.	Antinomias e critérios para solução.....	59
3.5.	Obrigatoriedade das leis.....	60
3.6.	As "lacunas" e a integração das normas jurídicas (Lei de Introdução, art. 4º) ....	60
3.7.	Aplicação e interpretação das normas jurídicas (Lei de Introdução, art. 5º) ...	63
3.8.	Visão crítica da interpretação do Direito Civil. Uma advertência necessária. Visão estática e perspectiva dinâmica no uso das fontes do direito.....	64
3.9.	Conflito das leis no tempo.....	67
3.10.	Eficácia da lei no espaço .....	68
4.	PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTUDO DO DIREITO CIVIL .....	71
4.1.	Os princípios no Direito Civil e reflexões sobre a interpretação do direito privado .....	71
4.2.	Reconhecimento da personalidade jurídica a todos os seres humanos: o princípio da dignidade da pessoa humana.....	75
4.3.	Autonomia privada.....	78
4.4.	Princípio da solidariedade .....	81
4.5.	Princípio da função social .....	84
4.6.	Princípio da boa-fé .....	85
5.	DA PESSOA NATURAL .....	91
5.1.	Introdução aos sujeitos da relação jurídica .....	91
5.2.	Pessoas naturais ou pessoas humanas. Início .....	91
5.3.	Capacidade .....	92
5.4.	Situações de incapacidade .....	93
5.5.	Cessação da incapacidade. Maioridade e emancipação.....	96
5.6.	Extinção da pessoa natural. Morte natural. Morte presumida. Comoriência. Morte presumida em decorrência da ausência. Fases da ausência e quando falar em morte presumida em decorrência da ausência.....	97
6.	DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	101
6.1.	Conceito. Teorias explicativas da pessoa jurídica .....	101
6.2.	Classificação .....	102
6.3.	Pessoas jurídicas de direito público.....	103
6.4.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	104
6.5.	Associações .....	104
6.6.	Fundações.....	107
6.7.	Começo da existência legal das pessoas jurídicas de direito privado.....	108

---

6.8.	Das sociedades irregulares ou de fato .....	109
6.9.	Grupos despessoalizados .....	110
6.10.	Desconsideração da personalidade jurídica .....	110
6.11.	Da extinção das pessoas jurídicas.....	112
7.	DIREITOS DA PERSONALIDADE .....	113
7.1.	Conceito .....	113
7.2.	Características .....	116
7.3.	Início dos direitos da personalidade.....	119
7.4.	Identidade como direito da personalidade. Nome.....	122
7.5.	Outros direitos da personalidade positivados pelo Código Civil .....	125
7.6.	Biodireito e efetivação dos direitos da personalidade. Admissibilidade de negócios jurídicos existenciais.....	127
7.7.	Artigo 52 do CC e a aplicação dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas. Pessoa jurídica pode realmente sofrer “dano moral”?.....	129
7.8.	A tutela inibitória dos direitos da personalidade .....	131
8.	DO DOMICÍLIO .....	133
8.1.	Domicílio: da estrutura à função. Notas históricas .....	133
8.2.	Domicílio: conceito. Distinções.....	137
8.3.	Classificação.....	140
8.4.	Domicílio da pessoa natural. Pluralidade de domicílios. Falta de domicílio. Mudança de domicílio .....	140
8.5.	Domicílio profissional .....	144
8.6.	Domicílio do incapaz, servidor público, militar, marítimo e do preso. Domicílio do agente diplomático. Hipóteses de domicílio necessário .....	146
8.7.	Eleição de domicílio .....	148
8.8.	Domicílio da pessoa jurídica.....	150
9.	BENS .....	153
9.1.	Por que estudar bens?.....	153
9.2.	Das diferentes classes de bens. Bens considerados em si mesmos. Bens imóveis e móveis .....	154
9.3.	Bens fungíveis e consumíveis .....	158
9.4.	Bens divisíveis e indivisíveis .....	159
9.5.	Bens singulares e coletivos .....	160
9.6.	Bens reciprocamente considerados. Bens principais e acessórios. Pertenças .....	161
9.7.	Frutos. Produtos. Rendimentos.....	161

9.8.	Benfeitorias .....	163
9.9.	Bens públicos. Bens particulares.....	163
<b>10.</b>	<b>FATOS JURÍDICOS .....</b>	<b>165</b>
10.1.	Noções iniciais: fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico.....	165
10.2.	Classificação dos fatos jurídicos.....	166
<b>11.</b>	<b>NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>169</b>
11.1.	Conceito .....	169
11.2.	Planos de estudo dos negócios jurídicos: plano da existência .....	170
11.3.	Declaração negocial .....	172
11.4.	Silêncio como declaração negocial .....	172
11.5.	Reserva mental.....	173
11.6.	Circunstâncias negociais .....	173
11.7.	Forma.....	174
11.8.	Objeto.....	174
11.9.	Plano da validade: requisitos de validade dos negócios jurídicos.....	174
11.10.	Representação .....	176
11.11.	Plano da eficácia: condição, termo e encargo .....	178
11.12.	Classificação dos negócios jurídicos.....	181
11.13.	Interpretação dos negócios jurídicos.....	182
<b>12.</b>	<b>DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>185</b>
12.1.	Premissas para aplicação dos defeitos do negócio jurídico .....	185
12.2.	Erro ou ignorância.....	186
12.3.	Dolo.....	187
12.4.	Coação.....	189
12.5.	Estado de perigo .....	190
12.6.	Lesão .....	192
12.7.	Fraude contra credores .....	193
<b>13.</b>	<b>INVALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS .....</b>	<b>197</b>
13.1.	Exame do negócio jurídico sob o ângulo negativo: inexistência, invalidade, ineficácia.....	197
13.2.	Diferenças operativas entre nulidade e anulabilidade.....	198
13.3.	Negócios nulos.....	199
13.4.	Simulação .....	200
13.5.	Princípio da conservação .....	202

---

13.6.	Conversão substancial .....	202
13.7.	Anulabilidade.....	203
13.8.	Efeitos da nulidade e da anulabilidade .....	204
14.	DOS ATOS ILÍCITOS .....	205
14.1.	Uma nova leitura do ilícito .....	205
14.2.	Antijuridicidade.....	206
14.3.	Ilícito e responsabilidade civil: figuras distintas.....	208
14.4.	O artigo 186 como cláusula geral da responsabilidade subjetiva (extracontratual ou aquiliana) .....	208
14.5.	Ação ou omissão do agente .....	209
14.6.	A boa-fé objetiva e sua relevância na interpretação da omissão .....	210
14.7.	O problema do nexo causal. Artigo 403.....	211
14.8.	O dano .....	212
14.9.	Dano patrimonial .....	212
14.10.	Dano moral .....	212
14.11.	Dano moral da pessoa jurídica. Confusões entre moral e apuração de danos extrapatrimoniais. Retomada das reflexões já lançadas no capítulo sobre os direitos de personalidade .....	213
14.12.	A culpa .....	215
14.13.	Regra matriz da interpretação da culpa extracontratual .....	216
14.14.	Exteriorizações do erro de conduta: imprudência, negligência e imperícia.....	221
14.15.	Excludentes de ilicitude.....	222
14.16.	Legítima defesa .....	223
14.17.	Legítima defesa putativa.....	223
14.18.	Exercício regular de um direito.....	223
14.19.	Estado de necessidade .....	224
15.	ABUSO DE DIREITO .....	225
15.1.	Abuso do direito. Contextualização .....	225
15.2.	Dispensabilidade do elemento subjetivo.....	226
15.3.	Requisitos .....	226
15.4.	Sanção ou consequências do abuso de direito: construção casuística pelo julgador .....	228
15.5.	<i>Venire contra factum proprium</i> .....	229
15.6.	<i>Supressio</i> .....	229
15.7.	<i>Surrectio</i> .....	231
15.8.	<i>Tu quoque</i> .....	231

16.	PREScriÇÃO E DECADÊNCIA .....	233
16.1.	Prescrição .....	233
16.2.	Disposições legais sobre prescrição .....	235
16.3.	Das causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	236
16.4.	Das causas que interrompem a prescrição.....	236
16.5.	Prazos prescricionais.....	238
16.6.	Decadência.....	240
17.	DAS PROVAS.....	243
17.1.	Noções gerais sobre a prova .....	243
17.2.	Confissão.....	245
17.3.	Documento.....	246
17.4.	Prova testemunhal.....	250
17.5.	Presunções .....	250
17.6.	Perícia .....	254
17.7.	O artigo 232 do Código Civil: hipótese de presunção simples. Razões civis constitucionais .....	254
17.8.	Nota: crítica à Súmula 301 do STJ .....	260

## DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

ÊNIO SANTARELLI ZULIANI

1.	FUNCIONALIDADE DO VÍNCULO OBRIGACIONAL A PARTIR DE SEU CONCEITO E ESTRUTURA.....	263
1.1.	A influência constitucional e repercussão para outros ramos do direito, especialmente o que protege o consumidor.....	265
1.2.	Integração com obrigação contratual.....	269
1.3.	Distinção dos direitos obracionais e os reais.....	272
1.4.	Espécies limítrofes .....	273
1.5.	Obrigações <i>propter rem</i> .....	275
1.6.	Ônus reais .....	278
1.7.	Obrigações com eficácia real .....	279
1.8.	Pressupostos de existência das obrigações .....	280
1.9.	Elementos subjetivos ou os sujeitos .....	281
1.10.	Conteúdo da obrigação e seu interesse. Elemento objetivo .....	283
1.11.	Vínculo de débito e crédito e a responsabilidade subsequente .....	284
	Para saber mais.....	286

---

<b>2.</b>	<b>AS FONTES PRODUTORAS DAS OBRIGAÇÕES E SEUS PRINCIPAIS EFEITOS....</b>	<b>287</b>
2.1.	Releitura das fontes criadas do direito romano .....	287
2.2.	A lei como fonte primária ou direta das obrigações.....	288
2.3.	O contrato é a mais generosa fonte criadora das obrigações .....	289
2.4.	A declaração unilateral de vontade .....	292
2.5.	Promessa de recompensa .....	292
2.6.	Gestão de negócios .....	293
2.7.	Pagamento indevido .....	294
2.8.	Enriquecimento sem causa.....	295
2.9.	Títulos ao portador .....	296
2.10.	Ato ilícito.....	297
2.11.	O abuso do direito .....	298
2.12.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva .....	300
2.13.	Os danos materiais e os morais.....	301
	Para saber mais.....	306
<b>3.</b>	<b>AS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>307</b>
3.1.	Obrigação natural .....	307
3.2.	Obrigações de meios, de resultados e de garantia .....	310
3.3.	Obrigações de imediata exigibilidade e de execução diferida e continuada....	312
3.4.	Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais .....	313
3.5.	Obrigações líquidas e ilíquidas .....	315
3.6.	Obrigações principais e acessórias .....	315
3.7.	Obrigações de dar coisa certa e coisa incerta .....	316
3.8.	Obrigações de fazer .....	321
3.9.	Obrigações de não fazer .....	325
3.10.	Obrigações alternativas .....	327
3.11.	Obrigações facultativas .....	328
3.12.	Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	330
	Para saber mais.....	333
<b>4.</b>	<b>OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....</b>	<b>335</b>
4.1.	Conceito e incidência das obrigações solidárias.....	335
4.2.	Distinção da obrigação indivisível.....	337
4.3.	Espécies e aplicações práticas.....	338
4.4.	Conceito e características da solidariedade ativa .....	339
4.5.	Extinção da obrigação solidária ativa .....	340

4.6.	As exceções e a coisa julgada na solidariedade ativa .....	341
4.7.	Direito de regresso na solidariedade ativa.....	342
4.8.	Solidariedade passiva .....	342
4.9.	Os interesses e direitos do credor na solidariedade passiva .....	343
4.10.	Morte de um dos devedores solidários .....	344
4.11.	Relações entre os codevedores e o credor .....	345
4.12.	Pagamento, em parte, da dívida e os efeitos da remissão .....	346
4.13.	Cláusulas onerosas, prestações alimentícias e avalista .....	347
4.14.	Renúncia da solidariedade em relação a um dos devedores.....	348
4.15.	Incumprimento da obrigação solidária e/ou impossibilidade da prestação ...	349
4.16.	Os juros e as multas na obrigação solidária passiva .....	351
4.17.	Meios de defesa dos devedores solidários .....	352
4.18.	A relação entre os codevedores e o direito de regresso .....	353
4.19.	Insolvência de um dos devedores solidários .....	354
	Para saber mais.....	355
5.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES .....	357
5.1.	Cessão de crédito .....	357
5.2.	Crédito cedível e o pacto de não ceder .....	358
5.3.	Distinção da cessão e direito civil e do endosso .....	361
5.4.	Cessão <i>pro soluto</i> e cessão <i>pro solvendo</i> .....	362
5.5.	Requisitos de validade da cessão .....	364
5.6.	Notificação do cedido .....	365
5.7.	A posição do devedor cedido.....	367
5.8.	A posição do cedente.....	369
5.9.	A posição do cessionário .....	370
5.10.	Cessão do contrato.....	372
5.11.	Regime jurídico e particularidades da cessão do contrato.....	373
5.12.	Formas e efeitos da cessão em relação ao cedido .....	376
5.13.	Relações entre cedente e cessionário, cedido e terceiros .....	377
5.14.	Assunção de dívida .....	378
5.15.	Espécies e características da assunção .....	378
5.16.	Posição do credor .....	379
5.17.	Efeitos da assunção de dívida .....	381
5.18.	Assunção de dívida hipotecária.....	381
	Para saber mais.....	382

---

<b>6.</b>	<b>EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PELO PAGAMENTO .....</b>	<b>385</b>
<b>6.1.</b>	Conceito e importância do pagamento.....	385
<b>6.2.</b>	Pagamento pelo devedor e por terceiros.....	386
<b>6.3.</b>	Pagamento realizado com transferência de propriedade .....	389
<b>6.4.</b>	Pagamento ao credor ou ao seu representante.....	391
<b>6.5.</b>	Pagamento a terceiro e o credor putativo .....	393
<b>6.6.</b>	Pagamento ao credor incapaz.....	395
<b>6.7.</b>	Pagamento ao credor com crédito penhorado.....	397
<b>6.8.</b>	Pagamento em dinheiro e princípio do nominalismo.....	398
<b>6.9.</b>	Aumento progressivo do valor das prestações sucessivas e a teoria da imprevisão.....	400
<b>6.10.</b>	A quitação e as presunções de pagamentos realizados .....	403
<b>6.11.</b>	Do lugar do pagamento.....	407
<b>6.12.</b>	Do tempo do pagamento .....	409
<b>6.13.</b>	Pagamento em consignação .....	411
<b>6.14.</b>	Principais aspectos da ação de consignação em pagamento .....	413
<b>6.15.</b>	Pagamento com sub-rogação.....	415
<b>6.16.</b>	Sub-rogação legal.....	416
<b>6.17.</b>	Sub-rogação convencional.....	417
<b>6.18.</b>	Sub-rogação no contrato de seguro.....	419
<b>6.19.</b>	Efeitos da sub-rogação, inclusive parcial .....	420
<b>6.20.</b>	Imputação do pagamento.....	421
<b>6.21.</b>	Requisitos da imputação .....	422
<b>6.22.</b>	Imputação do pagamento e juros.....	422
	Para saber mais.....	424
<b>7.</b>	<b>MODOS INDIRETOS DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES .....</b>	<b>425</b>
<b>7.1.</b>	Dação em pagamento.....	425
<b>7.2.</b>	Garantias do credor que concorda com a dação em pagamento.....	426
<b>7.3.</b>	Novação .....	428
<b>7.4.</b>	Espécies de novação .....	430
<b>7.5.</b>	Efeitos da novação.....	431
<b>7.6.</b>	Compensação de dívidas; admissibilidade e proibições.....	432
<b>7.7.</b>	Compensação legal e seus efeitos .....	435
<b>7.8.</b>	Compensação convencional.....	436
<b>7.9.</b>	Compensação judicial .....	437
<b>7.10.</b>	Compensação e dívidas solidárias .....	438

7.11.	Compensação na cessão de crédito.....	439
7.12.	Compensação e direitos de terceiros.....	440
7.13.	Confusão.....	441
7.14.	Efeitos da confusão .....	442
7.15.	Remissão das dívidas .....	442
7.16.	Remissão e solidariedade passiva.....	444
	Para saber mais.....	444
8.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES .....	447
8.1.	O não cumprimento da obrigação e seus efeitos .....	447
8.2.	Tutela do crédito e responsabilidade patrimonial .....	448
8.3.	Inadimplemento relativo e inadimplemento absoluto .....	450
8.4.	A questão da culpa nos contratos benéficos e onerosos.....	451
8.5.	Inadimplemento e os fortuitos internos e externos .....	452
8.6.	A mora.....	456
8.7.	Mora e inadimplemento absoluto.....	456
8.8.	A distinção da mora do devedor: <i>ex re</i> e <i>ex persona</i> .....	457
8.9.	Efeitos da mora do devedor e a <i>perpetuatio obligationis</i> .....	459
8.10.	Mora do credor e seus efeitos .....	460
8.11.	Mora simultânea do credor e do devedor .....	462
8.12.	Purgação da mora .....	463
8.13.	Perdas e danos e nexo de causalidade .....	465
8.14.	Danos emergentes e lucros cessantes .....	469
8.15.	Restituição dos honorários contratuais .....	470
8.16.	Perda de uma chance .....	471
8.17.	Dano moral.....	473
8.18.	Juros legais .....	475
	Para saber mais.....	480
9.	CLÁUSULA PENAL .....	481
9.1.	Conceito e formas de admissão da cláusula penal .....	481
9.2.	Multa contratual e astreinte.....	483
9.3.	Cláusula penal moratória .....	484
9.4.	Cláusula penal compensatória .....	485
9.5.	Cumulatividade de cláusulas penais .....	486
9.6.	O valor da cláusula penal e o dever do juiz de reduzir os valores excessivos...	488
9.7.	A insuficiência da multa compensatória e direito de pleitear indenização suplementar .....	489

9.8.	Cláusula penal e pluralidade de devedores.....	491
	Para saber mais.....	491
10.	ARRAS OU SINAL .....	493
10.1.	Promessa de contratar e suas garantias.....	493
10.2.	Frustração e impossibilidade de concluir o contrato projetado.....	495
10.3.	Arras penitenciais e arras confirmatórias .....	497
10.4.	Cálculo das arras, responsabilidade e controle judicial.....	499
10.5.	A questão dos interesses negativos e interesses positivos .....	500
	Para saber mais.....	505
	BIBLIOGRAFIA .....	507
	Parte geral.....	507
	Direito das obrigações .....	516